

OPINIÃO

De novo, greve na UnB!

MÁRIO CÉSAR FERREIRA
Doutor em Ergonomia (EPHE/Paris), professor da UnB e pesquisador do CNPq

O título deste artigo é uma expressão símbolo da reação das pessoas, sobretudo de pais, ao tomarem conhecimento da decisão dos professores da UnB em fazer greve. Infelizmente, nos últimos anos tem sido assim. A greve se tornou um velho filme, patrocinado pela intransigência e o descaso das autoridades governamentais, principalmente, dos personagens que ocupam as cadeiras de ministros do Planejamento e da Fazenda. Mas, se a greve tem sido recorrente, engana-se quem pensa que os professores da UnB gostam de fazer greve.

O que realmente dá prazer no trabalho docente é o convívio com os alunos em sala de aula ou no trabalho de campo, refletindo e debatendo cotidianamente os temas que inquietam a sociedade. O que os professores da UnB gostam é de ensinar técnicas, teorias, métodos e ética como recursos para, a cada ano, qualificar milhares de estudantes que buscam o ingresso no mundo do trabalho. É sempre fonte de satisfação e de orgulho do professor

saber do sucesso profissional de um ex-aluno. É nesses momentos que o sentimento do “valeu a pena” se materializa.

Mas a arte de ensinar e de aprender dos professores se alimenta da pesquisa. Diferentemente de muitas instituições universitárias, nas quais a pesquisa não existe ou é residual, o conteúdo de ensino é permanentemente renovado pelas descobertas que nascem das pesquisas. O que os professores da UnB gostam de fato é da investigação científica, fonte produtora de novos conhecimentos, novas tecnologias, novas formas de olhar e compreender o mundo. A satisfação se completa quando a competência científica se volta para a solução dos problemas que afligem a legião de excluídos no Brasil.

Nas atividades de extensão universitária, os professores da UnB encontram outro motivo de prazer do trabalho docente. A extensão tem como horizonte a fusão do ensino com a pesquisa científica. Ela amplia o alcance do trabalho universitário e concretiza uma das missões da universidade pública. A extensão busca, parafraseando Milton Nascimento, estar onde o povo está, tornando real o sonho da UnB como uma universidade

sem muros. Nesse caso, o que os professores da UnB gostam é de prestar serviços à sociedade por meio da extensão e, ao mesmo tempo, criar um momento de aprendizagem do aluno e de novas descobertas.

Engana-se, portanto, quem pensa que os professores da UnB gostam de fazer greve. Os motivos para usá-la como instrumento de defesa da universidade pública na atual conjuntura são muitos.

Talvez o leitor não saiba, mas a quantidade de professores substituídos na UnB vem crescendo exponencialmente. A precarização do trabalho invadiu a universidade. Já são centenas de colegas trabalhando com parcos salários, criando duas categorias de docentes nas universidades públicas. Nessa situação, como não lembrar do clássico de Gilberto Freire *Casa Grande e Senzala*? A reposição e a ampliação de quadros, via concurso público, é tarefa governamental para ontem.

O contracheque do professor universitário parece árvore de Natal, cheia de penduricalhos. O vencimento básico do professor concursado — pasmem — é em torno de R\$ 1.100. Um dos balangandãs no contracheque é a tal da GED (Gratificação de Estí-

mulo à Docência) que representa cerca de 50% do salário líquido dos professores. Mas a GED é um ser dialético: ela é, ao mesmo tempo, um problema e uma conquista. Como conquista de uma das greves dos professores, ela tem sido um argumento consistente para se contrapor aos que vivem repetindo: “Greve não serve para nada”. Na questão salarial, o que os professores reivindicam é uma reposição emergencial de 18%. Isso representa apenas a perda salarial do (des)governo Lula.

Apesar de não gostar de fazer greve, os professores da UnB compreendem a sua importância política como instrumento da luta coletiva, principalmente, em uma época em que o individualismo e a prática do “salve-se quem puder” se multiplicam como ervas daninhas. Nesse contexto, a greve é uma lição de cidadania política com dupla mensagem: aos nossos alunos, um exemplo pedagógico de luta pela justiça; aos governantes de plantão, um comunicado de que não nos curvaremos.

Como professores queremos, o mais rapidamente possível, voltar a fazer o que mais gostamos: a prática do ensino, da pesquisa e da extensão.


ARI CUNHA
visto, lido e ouvido
Desde 1960

 ari.cunha@correioweb.com.br
 com Circe Cunha // circe.cunha@correioweb.com.br

O peso do roubo

Dizia o filósofo de Mondubim que “o pior ladrão é o que rouba e não pode carregar”. Os ladrões do Banco Central, em Fortaleza, planejaram durante meses. Organizaram toda a operação com detalhes profissionais e reuniram equipe de alto gabarito para manter o ritmo de trabalho e enfrentar condições adversas. Na hora da decisão aparece o empecilho: como transportar mais de três toneladas de notas de R\$ 50 sem numeração seguida? Era dinheiro demais para quem planejava o roubo. Acontece que eles não sabiam. As três toneladas levadas eram pequena parte do dinheiro que o BC mantinha na caixa forte. Na verdade, levaram apenas 10% do que tiveram diante dos olhos. Segundo a polícia, o assalto foi tão bem planejado que os presos até agora não conhecem nem tiveram encontros com os chefes. A divisão de atividades era feita com esmerada experiência. Os vizinhos lembram de fisionomias que parecem ser apresentadas de propósito, para despistar as investigações futuras. Até hoje estão aparecendo notas em vários pontos do Brasil. Isso denota a intenção de confundir quem tente desvendar o mistério de um dos maiores roubos do país.

A FRASE QUE FOI PRONUNCIADA

“Este é um erro e o PT vai ter que pedir desculpas ao país.”

Deputado José Dirceu, procurando por todos os meios não ser cassado, falando sobre os que votaram no PT pensando ser um partido diferente e foram enganados


Quem se importa?

CARLOS PIO
Doutor em ciência política, é professor de economia política internacional da Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília (UnB) está em greve há três semanas. Pela ordem, funcionários, professores e alunos decidiram parar as atividades até que suas reivindicações sejam atendidas. Trata-se, não há como negar, de uma greve orientada estritamente para a questão salarial. Os líderes dos estudantes profissionais aderiram à paralisação de mestres e bedéis por puro oportunismo político. Para “mobilizar a categoria”. Na melhor das hipóteses, essas greves acabarão quando parte pequena das reivindicações de professores e funcionários for atendida. Melhorias estruturais da universidade não ocorrerão. Mas por quê?

Os maiores prejudicados pelas greves nas universidades públicas, como em qualquer greve de servidores do Estado, são seus clientes — estudantes, que verão o calendário atrasar mais uma vez — e patrões, no caso, os contribuintes. Se a greve terminar sem aumento de gastos pelo governo, os contribuintes terão perdido porque os salários dos grevistas terão sido pagos normalmente e a reposição das faltas não será efetivamente cobrada. Se ocorrer aumento de gastos, perderão porque maior parcela do orçamento público será empregada em atividades que raramente se traduzem em melhores condições gerais de bem-estar. Afinal, cada

real gasto com salários de funcionários públicos representa um real a menos gasto com políticas sociais, infra-estrutura, segurança etc. Como poucos são os contribuintes que efetivamente aproveitam do ensino oferecido nas universidades do governo, e é basicamente isso que elas fazem, o contribuinte (principalmente o que é excluído da universidade) também é um perdedor.

Mas o pior é que esta não será a última greve da UnB. E essa greve, como todas as demais, não ajuda a esclarecer à comunidade universitária, à classe política e à sociedade quais os reais entraves à expansão do número de vagas em sintonia com o aumento da qualidade, que depende efetivamente, mas não apenas, do pagamento de melhores salários a professores e funcionários. Esses entraves devem ser compreendidos à luz da experiência internacional, que é clara e esse respeito.

Os principais sistemas universitários do mundo combinam, de maneira crescente, o financiamento público com o privado. Como a educação superior é essencialmente elitista, é injusto cobrar impostos de toda a sociedade, especialmente dos mais pobres, para oferecer um serviço a uma pequena parcela, na qual os mais ricos são sobre-representados. Além disso, a educação superior é um bem privado, apropriável diretamente por quem a recebe. Isso significa que, mesmo que venha a prestar relevantes serviços à sociedade, quem faz um curso superior se beneficia de

informações e treinamento que lhe permitem progredir na vida, ganhar mais dinheiro. É justamente por isso que os custos de ofertar educação superior devem ser repartidos com, quando não inteiramente pagos por, quem vai se beneficiar mais diretamente dela, ou seja, o estudante.

Cobrar matrículas e mensalidades nas universidades do Estado não significa privatizá-las. Não se trata de vender os prédios, terrenos e a marca da universidade. Trata-se de repartir os custos de manutenção e de investimento com aqueles que serão mais diretamente beneficiados. Esse é um critério justo e legítimo em qualquer país capitalista e realmente democrático. Além do mais, esse critério é plenamente compatível com a manutenção, e mesmo necessário ao aprofundamento, do compromisso com o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, sob as necessárias condições éticas.

Além de cobrar matrículas e mensalidades para cursos de graduação e especialização e para atividades de extensão (podendo preservar mestrados e doutorados não pagos para estimular a pesquisa), é preciso encontrar formas de elevar receitas oriundas de fontes privadas. Isso pode ser feito por meio do estabelecimento de acordos de cooperação, convênios e oferta de serviços que interessem a empresas/organismos (privados e públicos, nacionais e estrangeiros) e indivíduos (locais, nacionais e estrangeiros). Realização de pes-

quisas em conjunto com empresas, treinamento e capacitação de pessoal sob encomenda, arrendamento de instalações (bibliotecas, salas de aula, áreas esportivas, alojamentos), realização de cursos e atividades de interesse da comunidade são algumas estratégias possíveis para financiar as atividades meio e fins das universidades do governo.

Ademais, é preciso quebrar de vez as estruturas corporativas de professores e funcionários que impedem a prevalência do mérito sobre a força política nos processos de seleção, ascensão, remuneração, divisão do trabalho e demissão. Os estudantes são potencialmente aliados nessa tarefa de melhorar a qualidade acadêmica e gerencial, mas infelizmente suas lideranças políticas invariavelmente padecem do mesmo viés ideológico socializante, coletivista e estatista dos mestres e bedéis, que impede o progresso institucional.

Assim, as greves atuais, anteriores e futuras se explicam por essa dissonância entre a realidade e as lentes corporativas dos funcionários e professores das universidades estatais. Como, no Brasil de hoje, não há mais legitimidade para se aumentar desproporcionalmente os orçamentos das universidades, dependemos de uma revolução nas mentalidades que siga o padrão internacional. Sem esforços consideráveis dessas próprias instituições para aumentar receitas e racionalizar gastos, greves continuarão a ser recorrentes e inócuas.

MSTzinho

Imitar movimento nacional não é o fraco do deputado José Edmar. Diante do sucesso financeiro do MST, o distrital brasileiro instiga os necessitados a invadir propriedades na periferia de Brasília. Para tanto organiza ficha individual, onde o candidato ao “benefício” fica sabendo que a intenção é eleitoral. Polícia e Judiciário estão de olho nas intenções do MSTzinho candango.

Contra

Delegados pertencentes à associação da classe questionam o Estatuto do Desarmamento, sob a alegação de prejuízos para a segurança dos cidadãos. Há conclamação contra o referendo de 23 de outubro próximo, e a alegação é que é “uma armadilha” o que o governo está pretendendo ao proibir o uso de armas para defesa individual.

Transparência

Para a vida interna do Itamaraty, a insistência do Tribunal de Contas não é válida. A corte que fiscaliza as contas do governo sugere que as embaixadas brasileiras coloquem suas contas no Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro, para dar clareza à sociedade do destino dado ao dinheiro público.

Argentina

Foi o ministro chileno Nicolas Eyzaguirre o autor da informação de que a Argentina quer apoio do Fundo Monetário In-

ternacional para seu programa econômico. Com isso poderá se entender melhor com os credores, que continuam com a dívida em atraso. Desfaz-se a arrogância portenha diante do confronto com autoridade internacional de finanças.

Jaguar

Danilo Gomes, escritor pioneiro em Brasília, manda cartão com um “insulto” ao colunista e cartunista Jaguar: “Se ele não conhece a Casa de Chá Flor do Abaeté e o Faisão Dourado, está na hora de conferir o que é bom”. No seu último artigo, Danilo fala sobre Bento XI, “um papa que gosta de charuto e cerveja”.

Revolta

Contrariados com a demora na solução para o caso de a Nestlé adquirir a Garoto, no Espírito Santo, o sindicato dos trabalhadores entrou na briga. Vila Velha acompanha o trabalho do Sindialimentação. Pretende que o assunto saia de Brasília e seja devolvido a Vila Velha. Há quem veja interferência política da Nestlé. Assim, ela forçaria a Justiça brasileira a aceitar seus argumentos.

Abundância

Deu a louca no Feitiço Mineiro. Durante setembro e outubro quem, às segundas e terças, consumir um joelho de porco e cinco chopos terá direito a mais cinco chopos por conta da casa. Jorge Ferreira estimula o consumo de líquidos com a chegada da primavera.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

O grande consumo de uísque em Brasília já alterou a bolsa dessa bebida em Belém. O litro de Grant's, que era vendido a 600 cruzeiros, já passou a custar 800 cruzeiros em virtude da grande procura do produto, para ser vendido em Brasília. (Publicado em 24/9/60)